

FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO

INSTRUÇÕES

- O candidato receberá do fiscal:
 - o Um caderno de questões contendo 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com cinco (05) alternativas e uma única correta.
 - o Após 1 (uma) hora, um cartão de respostas personalizado.
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo informado no ato da inscrição.
- Ao início da prova, verifique, no caderno de questões, se a quantidade e a numeração das questões estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer essa prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas.
- Não será permitido ao candidato retirar-se da sala de prova antes de decorrida 1 (uma) hora do início dessa.
- O caderno de questões só poderá ser levado pelo candidato após decorridos 3 (três) horas do início da prova.
- O cartão de respostas NÃO poderá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul (preferencialmente) ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme exemplo a seguir:



- Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se do local simultaneamente.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do fiscal de sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 10.

Governo quer proibir venda de horário na TV

O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de rádio e TV. Batizado de novo marco regulatório da radiodifusão, o projeto prevê o fim de um "mercado paralelo" no setor, informa Julio Wiziack. Uma das mudanças de maior impacto é a proibição do aluguel de canais e de horários da programação. A lei atual não coíbe a prática de forma explícita, o que gerou a proliferação de programas religiosos e comerciais. (Folha de São Paulo, ANO 92, Nº 30.377, 03 de junho de 2012)

01 A partir da leitura do texto acima, pode-se inferir que:

I A proliferação de programas religiosos e comerciais é consequência das brechas da legislação de rádio e TV.

II O mercado paralelo de que trata o texto é legalizado pela lei atual, mas pratica atos considerados ilegais.

III O governo prepara medidas a fim de fechar brechas da lei atual de rádio e TV.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, II, III.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) Apenas em III.

02 Em “A lei atual não **coíbe** a prática de forma explícita”, o verbo coibir nessa frase pode ser substituído adequadamente pelos sinônimos abaixo, **EXCETO**:

- A) Obstar.
- B) Reprimir.
- C) Punir.
- D) Pungir.
- E) Empecer.

03 O vocábulo **QUE** é um importante mecanismo de coesão referencial. Na organização e construção de um texto uma de suas funções é dar continuidade às ideias, evitando a repetição de referentes. No texto acima, esse elemento é um pronome relativo nas duas ocorrências, substituindo, respectivamente:

- A) O governo prepara decreto – forma explícita.
- B) Governo – prática.
- C) Decreto – prática.
- D) Decreto - forma explícita.
- E) Decreto – o.

04 Das assertivas abaixo, assinale a **INCORRETA**.

- A) Em “...o **que gerou a proliferação...**”, vocábulo **o** é, morfologicamente, um pronome demonstrativo.
- B) Em “**o que gerou a proliferação...**”, o verbo está flexionado na 3ª pessoa do singular para concordar com o sujeito **que**.
- C) Os adjetivos **religiosos** e **comerciais**, sintaticamente, são adjuntos adnominais especificadores do substantivo **programas**.
- D) O vocábulo **e** é conjunção coordenativa aditiva na duas primeiras ocorrências e conclusivo na terceira.
- E) Flexionando no plural a sequência em destaque “...o **projeto prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’”, obtém-se **os projetos preveem ...**

05 Uma das formas de realçar, destacar um termo que, na frase, desempenha a função de objeto direto é flexionar o verbo na voz passiva. Esse efeito pode ser conferido ao objeto destacado na frase “O governo prepara **decreto...**” através da seguinte estrutura sintática:

- A) Decreto é preparado...
- B) Decreto foi preparado...
- C) Decreto será preparado...
- D) Decreto tem sido preparado...
- E) Decreto está sendo preparado...

06 Percebe-se no texto a predominância da função da linguagem:

- A) Referencial.
- B) Metalinguística.
- C) Fática.
- D) Conativa.
- E) Emotiva.

07 Observe as orações:

I “O governo prepara decreto que muda a legislação de concessões de **rádio** e TV” (início do texto).

II Comprei um **rádio** novo para ouvir os jogos da copa.

Analisando as palavras destacadas, percebe-se, especificamente, um caso de:

- A) Homônimos homófonos.
- B) Homônimos perfeitos.
- C) Homônimos homógrafos.
- D) Parônimos.
- E) Antônimos.

08 Com relação à linguagem empregada no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Há predomínio da denotação.
- B) Não se percebe lirismo exacerbado.
- C) Está escrito em prosa.
- D) Se apresenta de forma objetiva.
- E) Predomina o discurso direto.

09 Analise a predicação do verbo destacado na oração “...o projeto **prevê** o fim de um ‘mercado paralelo’ no setor...” e assinale a oração que apresenta um verbo de mesma transitividade:

- A) O homem que trabalha vence na vida.
- B) Todo mundo necessita de trabalho.
- C) O candidato dormiu muito e se atrasou para a prova.
- D) O candidato comprou um gabarito falso.

E) O candidato permanecia perplexo com aquela questão de verbo.

10 No texto, aparece a expressão “mercado paralelo”. Se tivéssemos os substantivos “**mercado**” e “**feira**”, estaria **ERRADA** a opção:

- A) Mercado e feira paralela.
- B) Mercado e feira paralelos.
- C) Mercado e feira paralelas.
- D) Feira e mercado paralelo.
- E) Feira e mercado paralelos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 Ao se averiguar as atribuições do farmacêutico, no desempenho de atividade hospitalar, constata-se a importância dessa categoria profissional e verifica-se também que, cada vez mais, ela se torna essencial na formação de uma completa equipe multidisciplinar nessa área. No que diz respeito à atividade de farmácia hospitalar, a alternativa que a caracteriza melhor é:

A) Unidade clínica, administrativa e econômica, dirigida pelo profissional farmacêutico, ligada hierarquicamente à gestão clínica e administrativa do hospital, integrada funcionalmente com as demais unidades;

B) A assistência farmacêutica hospitalar constitui-se como um sistema complexo e relevante no âmbito da gestão de sistemas e serviços de saúde, não somente por contemplar um dos insumos básicos para cuidados aos pacientes, mas também pela responsabilidade de ajudar a diminuir os altos custos envolvidos.

C) O papel do farmacêutico dentro do contexto hospitalar deixou de ser apenas administrativo na programação de medicamentos e passou a ser organização de recursos financeiros.

D) Promove suporte técnico junto à equipe de saúde, na análise de prescrição, monitorização do tratamento e do quadro clínico do paciente, durante a sua internação.

E) Sua função é dispensar as especialidades farmacêuticas necessárias e disponíveis no mercado, até de manipular remédios, através da preparação de receitas magistrais com a utilização de drogas importadas e produtos de seu herbário, tanto para os indivíduos hospitalizados quanto para aqueles que se encontram em tratamento ambulatorial.

12 “No âmbito da farmácia comunitária, existe uma urgente necessidade de levar aos farmacêuticos subsídios e orientações que corroborem com sua atuação no dia-a-dia da assistência profissional. Isso motivou o Conselho Federal de Farmácia (CFF) a elaborar e publicar pequenos manuais, que irão abordar assuntos de interesse dos farmacêuticos e trabalhar para o real cumprimento das legislações vigentes e o uso racional dos medicamento”. A partir daí, pode-se inferir que as atribuições do farmacêutico na farmácia comunitária são:

A) Cuidado no sentido de garantir total adesão do paciente ao tratamento.

B) Garantia da satisfação do doente com o tratamento.

C) Execução de atividades relacionadas ao medicamento, como aquisição, guarda, armazenamento e conservação de especialidades farmacêuticas e outros produtos para a saúde; as atividades relacionadas ao paciente, tais como a dispensação, uso correto de medicamentos, educação em saúde, farmacovigilância e seguimento farmacoterapêutico, além da elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), do plano de gerenciamento de resíduos, treinamento e capacitação de pessoal.

D) Substituição de medicamentos prescritos pelos médicos por outros que possibilitem maior lucro ao estabelecimento.

E) Instituição de terapias medicamentosas alternativas.

13 “A assistência farmacêutica pode ser definida como o conjunto de ações voltadas à promoção e à recuperação da saúde individual e coletiva, tendo o medicamento como instrumento principal e de uso racional”. Dessa forma:

A) A prescrição de medicamentos deve ser centrada no diagnóstico preciso da doença, o que é indispensável para racionalização do consumo de medicamentos.

B) Deve-se selecionar medicamentos, baseando-se na eficácia terapêutica e no padrão de qualidade.

C) O correto aviamento de receitas pelo farmacêutico dispensa outros cuidados.

D) A dispensação de prescrições visando o lucro.

E) A distribuição e venda de medicamentos levando em consideração critérios de necessidades econômicas.

14 Boas práticas de laboratório podem ser resumidas como um conjunto de normas e procedimentos de segurança que visam minimizar os acidentes de trabalho nesse ambiente. Assim, não constituem boas práticas :

A) Lavar as mãos sempre antes da jornada, comer ou preparar alimentos, fazer higiene bucal e trabalhar no mesmo horário que o pessoal da limpeza.

B) Evitar trabalhar no mesmo horário que a equipe da limpeza e evitar o uso de adereços.

C) Descartar apropriadamente o material utilizado.

D) Não atender telefone ou abrir portas, usando luvas descartáveis.

E) Usar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

15 No que diz respeito à absorção do medicamento e para sua completa garantia, deve-se levar em consideração:

A) A forma farmacêutica, o peso molecular (PM) da droga, via de administração e condições clínicas do paciente.

B) A forma farmacêutica, as características físico-químicas da droga, a via de administração e a posologia.

C) A forma farmacêutica, as características físico-químicas da droga e a via de administração.

D) A via de administração não tem relação com absorção de drogas.

E) A forma farmacêutica, o peso molecular (PM) da droga, características físico-químicas, a via de administração e as condições clínicas do paciente.

16 A farmacocinética é a parte da farmacologia que estuda a absorção, distribuição, biotransformação e eliminação de fármacos. Dessa maneira, entende-se que não faz parte da farmacocinética:

A) O caminho percorrido pela droga desde sua entrada até a completa eliminação.

B) O mecanismo de ação das drogas.

C) A porcentagem do fármaco que o organismo aproveita a partir de sua administração.

D) A interferência das diferentes vias de administração.

E) A taxa de medicamento eliminada pelo organismo, bem como o tempo necessário para que a concentração da droga chegue à metade, na corrente sanguínea.

17 Um paciente A de 27 anos, um paciente B de 65 e um paciente C neonato foram internados em uma mesma unidade hospitalar e fizeram uso de mesma medicação. Levando-se em conta que a patologia é a mesma, a via de administração foi comum e que o intervalo posológico também foi o mesmo, deve-se inferir que:

A) A dose foi ajustada para cada situação, visto que o metabolismo possui diferenças nos três casos em questão e pode significar interferência na farmacocinética/biodisponibilidade do fármaco.

B) A dose foi ajustada para o neonato de maneira especial, visto que seu metabolismo ainda é imaturo e pode significar interferência na farmacocinética do fármaco.

C) A dose foi ajustada para o idoso de maneira especial, visto que seu metabolismo agora é mais lento e pode significar interferência na farmacocinética do fármaco.

D) A dose foi ajustada para o adulto de 27 anos de maneira especial, visto que seu metabolismo é, teoricamente, o mais eficaz e pode significar interferência na farmacocinética do fármaco.

E) Os três pacientes receberam a mesma dose do fármaco, já que se são comuns vias de administração, patologia e medicamento escolhido pelo médico, não existem razões para diferença na farmacocinética nos três casos.

18 A farmacodinâmica tem como princípio básico:

“A droga deve se ligar a um constituinte celular (molécula - alvo) para produzir uma resposta farmacológica”. Assim, são alvos primários para ligação de drogas:

A) Proteínas, moléculas transportadoras e canais iônicos.

B) Proteínas, lipídios, canais iônicos e enzimas.

C) Proteínas, moléculas transportadoras, açúcares e segundos mensageiros.

D) Enzimas, moléculas transportadoras, canais iônicos e antagonistas.

E) Enzimas, segundos mensageiros e ligantes.

19 “A potência de um fármaco estruturalmente específico é ligada a dois parâmetros: a afinidade por seus receptores (isto é, capacidade de ligar-se aos receptores) e eficácia (capacidade de, uma vez ligada, desencadear alterações que geram efeitos)”. A partir dessa afirmativa, pode-se inferir que:

A) Agonistas e antagonistas possuem eficácia máxima.

B) Agonistas possuem eficácia máxima e antagonistas eficácia zero.

C) Antagonistas possuem eficácia máxima e agonista parcial eficácia mediana.

D) Agonistas e agonistas parciais possuem eficácia máxima.

E) Agonistas possuem eficácia máxima, agonista parcial eficácia submáxima e antagonistas eficácia zero.

20 A resolução RDC 44 de 26 de outubro de 2010 estabelece que fármacos antimicrobianos só têm dispensação permitida mediante retenção de receituário médico, sob notificação de receita do tipo “ C “.Segundo essa mesma legislação , as prescrições de antimicrobianos têm validade, a contar da data de sua emissão, de (em dias):

A) 10

B) 15

C) 30

D) 20

E) 60

21 No protocolo terapêutico de um paciente do sexo masculino, pesando 70 Kg, está prevista a administração de um medicamento utilizando esquema de dosificação de 2,0 mg/Kg. Esse medicamento é apresentado em frascos de 20 mL e na concentração de 2%. A quantidade, em unidade de volume, que o paciente deve receber por via oral, em cada administração, é:

- A) 42,5 mL.
- B) 0,85 mL.
- C) 4,25 mL.
- D) 8,5 mL.
- E) 17 mL.

22 “A população brasileira de idosos (pessoas com mais de 60 anos de idade), passou de cerca de 8 milhões, no final da década de 70, para quase 16 milhões, no ano 2000. Há uma previsão, por parte das autoridades sanitárias, que o número de idosos, no ano 2020, deverá chegar à ordem de 32 milhões.” Assim, a política nacional de medicamentos deve ser capaz de prever um aumento no consumo de fármacos utilizados no combate a:

- A) Doenças como a febre amarela e a dengue
- B) Catapora e poliomielite
- C) Hipertensão e diabetes
- D) Osteoporose e raquitismo
- E) Doenças sexualmente transmissíveis

23 “O Sistema nervoso autonômico pode ser dividido em simpático e parassimpático”. Levando-se em consideração os neurotransmissores padrões responsáveis pela execução das atribuições dos dois sistemas, é correto afirmar que a acetilcolina é:

- A) Derivada da tiramina que provém da dieta.
- B) Sintetizada a partir da ação da enzima acetilcolinesterase.

C) Formada a partir da ação da enzima colina-acetiltransferase.

D) Formada a partir da captação da noradrenalina.

E) Metabolizada pela enzima catecol-O-metil transferase.

24 O neurotransmissor adrenérgico, noradrenalina, sintetizado a partir da captação da tirosina pode:

A) Converter-se em adrenalina pela ação da enzima metiletanolamina-N-metil transferase.

B) Converter-se em dopamina pela ação da enzima metiletanolamina transferase.

C) Converter-se em L-dopa pela ação da enzima dopa-descarboxilase.

D) Converter-se em adrenalina pela ação da MAO ou da CONT.

E) Metabolizar-se em dopamina e L-dopamina.

25 Os indicadores de pH devem diferenciar soluções ácidas das básicas, o que acontece através de reações de diferentes colorações. A correta coloração apresentada pelo indicador de tornassol frente a uma solução básica e uma solução ácida, respectivamente, é:

A) Vermelha e amarela.

B) Azul e vermelha.

C) Verde e lilás.

D) Amarela e verde.

E) Vermelha e azul

26 Uma senhora chegou ao laboratório e informou que deveria realizar coleta de urina para a realização de uma urocultura. O técnico que a atendeu orientou-a sobre os cuidados necessários para que essa coleta fosse corretamente realizada. Sobre os cuidados com a coleta, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A coleta deve ser realizada antes da utilização de qualquer medicamento.
- B) A coleta deve ser realizada após reserva de urina, em recipiente adequado por, no máximo, 2 horas.
- C) A coleta deve ser realizada após antisepsia com água e sabão.
- D) A coleta deve ser realizada após antisepsia com água e sabão e recolhendo-se o jato médio da urina.
- E) A coleta deve ser realizada após antisepsia com água e sabão e recolhendo-se o primeiro jato de urina.

27 Para uma coleta adequada de amostra de urina em que se pretende analisar adequadamente o estado metabólico do paciente, é necessário orientar coleta, dieta prévia, verificar presença de medicamentos que o paciente esteja fazendo uso, etc. Além do mais, a amostra de urina deve ser analisada pelo analista clínico, preferencialmente, dentro de uma hora após a coleta. Uma amostra de urina colhida às 6 horas da manhã que fica à temperatura ambiente até o fim do dia, apresentará:

- A) Aumento do nitrito devido à redução do nitrato pelas bactérias.
- B) Maior pH.
- C) Aumento do número de piócitos por campo.
- D) Aumento do número de hemáceas por campo.
- E) Menor densidade.

28 Com relação ao sangue e anticoagulantes usados na rotina laboratorial, analise e marque alternativa correta:

- A) Plasma é a porção do sangue obtido em amostras sanguíneas colhidas sem anticoagulante.
- B) A heparina é o anticoagulante usado para coleta de sangue venoso.
- C) Plasma é a porção fluida do sangue, resultante do uso de anticoagulante na amostra.
- D) O fluoreto de potássio possui ação anti-trombolítica, usado como anticoagulante de escolha nas coletas de TAP e TTPA.
- E) A heparina tem ação antiglicolítica, sendo utilizada como anticoagulante de escolha na dosagem de glicose

29 Na coleta de sangue, é comum acontecer hemólise, o que pode prejudicar a análise hematológica da amostra. Podem ocasionar hemólise.

- A) Materiais (seringa e agulhas) não estéreis.
- B) A contaminação com outros líquidos, como por exemplo, gotículas de água.
- C) A passagem de toda a amostra sanguínea do paciente pela agulha, no momento da transferência da amostra.
- D) Contaminação com anticoagulantes.
- E) O contato com material biológico de outro paciente.

30 Algumas provas realizadas para avaliar tempo de sangria e fragilidade capilar e tempo de coagulação são exemplos de análises laboratoriais realizadas quase que exclusivamente no momento da coleta. Essas técnicas podem fornecer ao analista clínico:

- A) Informações importantes para complementar TAP e TTPA, a partir dos resultados da prova do laço.
- B) Informações importantes para complementar avaliação das funções das células sanguíneas no que diz respeito a defesas.
- C) Informações complementares ao diagnóstico de dengue hemorrágica
- D) Dados para conclusão de diagnóstico, a partir das petéquias presentes.
- E) Dados sobre o tempo de coagulação e avaliação do tempo de tromboplastina ativada.

31 A determinação do estado imune de um paciente pode ser utilizada para conclusões diagnósticas de vírus, com exceção de:

- A) Hepatite A.
- B) Hepatite B.
- C) Varicela –zoster.
- D) Influenza.
- E) Epstein- Barr.

32 A resistência bacteriana a antibióticos pode estar relacionada a estruturas intracelulares chamadas:

- A) Capsídeos.
- B) Transcriptase reversa.
- C) Plasmídeos.
- D) Peptidoglicano.
- E) Penicilinasas.

33 Assinale a alternativa correta a respeito da identificação microbiológica das bactérias:

- A) As bactérias gram positivas coram-se em cor púrpura, pelo método de Gram.
- B) O teste da DNase é o de escolha para diferenciação de amostras de *Stafilococcus* de uma de *Streptococcus*.
- C) O teste da bili esculina não deve ser usado para identificação de amostras de enterococcus.
- D) Os Streptococcus são catalase positiva e Stafilococcus são catalase positiva.
- E) Todos os cocos Gram-positivos são catalase positiva.

34 Dentre as bactérias listadas abaixo, a única capaz de invadir o sistema nervoso periférico é :

- A) *Treponema palidum*.
- B) *Clostridium difficile*.
- C) *Mycobacterium leprae*.
- D) *Mycobacterium tuberculosis*.
- E) *Mycobacterium difteriae*.

35 O exame para pesquisa de anticorpos antinúcleo ou fator anti-nuclear em soro de pacientes com suspeita de doença auto-imune tem sido uma excelente ferramenta de rastreamento de auto-anticorpos que, ao longo das últimas décadas, foi tecnicamente modificado de forma a conferir sensibilidade progressivamente maior. Uma técnica indicada é:

- A) Fluorimetria.
- B) Imunofluorescência indireta.
- C) Imunofluorescência direta.
- D) Eletroforese .
- E) Nefelometria.

36 Sobre o exame parasitológico de fezes, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É necessário um exame microscópico do material fecal.
- B) Deve-se ficar atento a presença de parasitas visíveis a olho nu.
- C) É comum, a presença em abundância, de elementos sem significado clínico.
- D) O formato e a consistência do material fecal também é relevante.
- E) A presença de sangue ou muco não tem significação clínica.

37 A doença hemolítica do recém nascido, por incompatibilidade do fator Rh, pode ser muito grave. O principal exame a ser realizado durante o pré-natal de mãe com Rh negativo cujo parceiro é Rh positivo é pesquisa de:

- A) Anticorpos anti-Rh por meio do Teste de Coombs indireto.
- B) Anticorpos anti-Rh por meio do Teste de Coombs direto.
- C) Antígenos anti-Rh por meio do Teste de Coombs indireto.
- D) Antígenos anti-Rh por meio do Teste de Coombs direto.
- E) Antígenos e anticorpos anti-Rh pelo Fator DU.

38 De acordo com a Resolução Nº 306 de 07 de dezembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 358 de 29/04/2005, que dispõe sobre o tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde e dá outras providências, o grupo A é classificado como: Resíduo Biológico - Infectante, “Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência

ou 39 concentração, possam apresentar risco de infecção”. Não pertence ao grupo A:

- A) culturas e estoques de micro organismos;
- B) bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponente rejeitadas por contaminação ou má conservação;
- C) carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais;
- D) peças anatômicas (membros) do ser humano;
- E) equipamentos de proteção individual (como jalecos e máscaras) após o uso.

39 Analgésicos opióides são indicados para alívio de dores moderadas a intensas, particularmente de origem visceral. Seus efeitos colaterais mais comuns são:

- A) miose e constipação intestinal.
- B) diarreia e cefaléia.
- C) midríase e tosse.
- D) diarreia e depressão respiratória.
- E) midríase e rigidez muscular.

40 Os coxibes são grupos de anti-inflamatórios de última geração no mercado, consagrados pela eficácia e por não causarem desconforto gástrico, porém passíveis de desencadear efeitos adversos relacionados ao trato cardiovascular. O mecanismo de ação desses agentes está relacionado à inibição da:

- A) lipoxigenase
- B) cicloxigenase-1
- C) cicloxigenase-2
- D) cicloxigenase-3
- E) fosfolipase-A

LEGISLAÇÃO/DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

INSTRUÇÃO: leia atentamente os textos I e II, abaixo, e responda a questão 1.

TEXTO I

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “ a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. 45. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. Coleção Saraiva de Legislação, p. 154).

TEXTO II

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, “ o art. 205 contém uma declaração fundamental que [...] eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que *a educação é direito de todos*, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade. Realça-lhe o valor jurídico por um lado, a cláusula – *a educação é dever do Estado e da família* –, constante do mesmo artigo, que completa a situação jurídica subjetiva, ao explicitar o titular do dever, da obrigação, contraposto àquele direito. Vale dizer: todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família”. (SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009, p. 312).

41 A partir da leitura dos textos I e II e com base nos conhecimentos sobre os dispositivos da CF/88 que tratam sobre educação, podemos afirmar que:

A) Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino em nosso país será ministrado com base em vários princípios. Entre esses, podemos arrolar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

B) A Carta Magna estabelece que o dever do Estado com a educação básica será efetivado mediante a seguinte garantia: educação obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 20 (vinte) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita na educação profissional e tecnológica para todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

C) A CF/88, dispõe que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser assegurada através do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de escolas para portadores de necessidades especiais; da progressiva universalização do ensino médio gratuito e da expansão da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 (seis) anos de idade.

D) O atendimento a todos os alunos matriculados nas várias etapas da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, por meio de programas suplementares de doação de material didático-escolar e alimentação, transporte gratuito e assistência integral à saúde, bem como o incentivo ao acesso de todos os professores aos níveis mais elevados da pesquisa científica e tecnológica são garantias constitucionais dispostas na CF/88.

E) Segundo a Constituição Cidadã, o ensino, em seus vários níveis e modalidades, será ministrado com base nos princípios da garantia de padrão de qualidade e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, vedando a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

42 A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos tem sua fundamentação constitucional prevista no art. 37 da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 20/98. Senão vejamos:

CF/88, Art. 37, XVI: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, [...]:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, Filho (2009) assevera que:

“ [...] Se o servidor acumula remuneradamente cargos [...] públicos, a sua situação encerra violação ao estatuto constitucional. Uma vez consumada tal situação, é de se perguntar quais os efeitos que dela provêm. Adequada solução é a concebida pela Lei nº 8.112/90, pertinente aos servidores públicos federais.” (FILHO, José dos santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 22 ed. Revista, ampliada e atualizada. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, p. 627).

A partir das informações acima, sobre as regras constitucionais e legais acerca da acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

A) Segundo prescreve a Lei 8.112/90, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos públicos, a autoridade máxima do órgão notificará o servidor para apresentar opção no prazo de 30 dias, contados da data da ciência, prorrogados por mais 30 dias.

B) A norma constitucional (CF/88) ao mesmo tempo em que proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, admite a acumulação lícita

apenas nos cargos de professor ou enfermeiro, desde que haja compatibilidade de horários.

C) O dispositivo legal (Lei 8.112/90) sobre acumulação de cargos públicos, prevê que na hipótese de omissão do servidor à notificação para apresentar opção, no prazo de 30 dias, a chefia imediata do servidor adotará procedimento de sindicância disciplinar para apuração.

D) A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, em algumas situações que expressamente menciona.

E) Segundo o dispositivo da Lei 8.112/90 sobre acumulação de cargos públicos, se ficar provada a boa-fé do servidor na acumulação proibida, deve ele optar pelo cargo mais antigo, sendo obrigado a restituir ao erário o que tiver percebido indevidamente nos dois cargos.

43 No que diz respeito às disposições constitucionais sobre as regras para investidura em cargo, emprego ou função pública, **NÃO** é correto afirmar que:

A) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

B) As nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, dependem da aprovação do servidor comissionado em exame de proficiência em gestão pública.

C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

D) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

44 Leia os trechos do retângulo abaixo, sobre dispositivos da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O artigo 17 da Lei nº 11.892/2008 tutela a constituição do patrimônio de cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Considerando os dispositivos legais acima referidos, analise as afirmativas abaixo sobre a natureza jurídica e as formas de constituição do patrimônio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI):

I O IFPI é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

II O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI, os quais ficaram automaticamente transferidos com reservas ou condições ao IFPI.

III O patrimônio do IFPI é constituído, também, pelos bens e direitos que o IFPI vier a adquirir.

IV O IFPI é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia (MEC).

V O patrimônio do IFPI é constituído apenas pelos bens e direitos que compunham o patrimônio do antigo CEFET-PI e pelas doações ou legados que receber.

VI O IFPI tem natureza jurídica de fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

VII O patrimônio do IFPI é constituído, também, por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

VIII O patrimônio do IFPI é constituído, ainda, pelos bens e direitos obtidos a partir dos recursos adquiridos após a alienação de bens móveis e imóveis inservíveis, sendo vedado o recebimento de legados.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e VI, apenas.

B) I, III e VII, apenas.

C) II, III, IV e VII, apenas.

D) II, IV, V e VIII, apenas.

E) III, V, VII e VIII, apenas.

45 Provimento é o ato praticado pela autoridade competente de cada Poder com vistas a promover o ingresso, dar posse e exercício, e a movimentação do servidor público ocupante de cargo público (DINIZ, Paulo de Matos Ferreira. **Lei 8.112/90 Comentada**. 10 ed. Atualizada e Revisada. São Paulo: Editora Método, 2009, p. 99).

Sobre as formas de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e suas fundações públicas federais, analise as afirmativas abaixo e assinale V (verdadeiro) ou F (falso):

I () A nomeação em cargo em comissão far-se-á em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, independente de prévia habilitação do servidor em concurso público de provas ou de provas e títulos.

II () A promoção interrompe o tempo de exercício do serviço público, que é contado a partir do novo posicionamento na carreira após a data de publicação da Portaria que promover o servidor.

III () A posse, como uma forma de provimento de cargo por nomeação, deverá ocorrer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato de nomeação, não podendo ser realizada mediante procuração específica.

IV () A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

V () Uma das modalidades de remoção do servidor é a denominada remoção a pedido, para outra localidade, independente do interesse da Administração, para acompanhar cônjuge,

também servidor público que foi deslocado a pedido, a critério da Administração.

VI () A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Assinale a sequência correta:

A) V, V, F, F, F, V

B) V, F, F, F, V, V

C) F, F, F, V, F, F

D) F, F, F, V, V, F

E) F, V, V, V, F, V

46 Dissertando sobre os procedimentos apuratórios das faltas disciplinares no serviço público, Costa (2010) assevera que

“ A simples notícia de ocorrências disciplinares não é o bastante para que se aplique, com juridicidade, a reprimenda respectiva, conforme previsão do regulamento. A legítima repressão disciplinar requer bem mais que isso. Exige que a transgressão funcional e sua autoria sejam devidamente apuradas em procedimento regular. É essa a garantia resultante do publicístico princípio do devido processo legal, o qual enuncia que toda e qualquer medida punitiva deve ser precedida da necessidade apuração, em que se tenha assegurado ao acusado oportunidade de ampla defesa [e do contraditório]. “ (COSTA, José Armando. **Processo administrativo disciplinar – Teoria e prática**. 6. ed. Rio de janeiro: Forense, 2010, p. 89).

Neste sentido, em matéria de regime disciplinar no serviço público federal, o art. 127 da Lei 8.112/90 prevê que

“ São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.”

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação das penalidades no caso de cometimento por servidor público de infração disciplinar, conforme previsto nos dispositivos legais do Título IV da Lei 8.112/90 (Do Regime Disciplinar):

A) “Ao servidor é proibido retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição “ (inciso II, do

art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de suspensão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.

B) Ao servidor público que utiliza seu “cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública” (inciso IX, do art. 117, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada é a de destituição de cargo em comissão ou função comissionada por um período de, no máximo, 90 (noventa) dias.

C) Ao servidor público é proibido opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço (inciso IV, do art. 117, da Lei 8.112/90). Neste caso, a penalidade a ser aplicada é a de advertência verbal da chefia imediata do servidor.

D) A demissão do serviço público ou cassação de aposentadoria serão aplicadas nos casos de crime contra a administração pública (inciso I, art. 132, da Lei 8.112/90), prática de usura sob qualquer de suas formas (inciso XIV, do art. 117, da Lei 8.112/90) e promoção de manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição (inciso V, do art. 117, da Lei 8.112/90).

E) Nos casos de “inassiduidade habitual” (inciso III, do art. 132, da Lei 8.112/90) e “ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem” (inciso VII, do art. 132, da Lei 8.112/90), a penalidade a ser aplicada será a de demissão.

47 O art. 8º da Lei 11.091/2005 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação) estabelece as “atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações.”

Sendo assim, responda: são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, **EXCETO**:

A) Executar atividades gerais e não-afins ao cargo, organizadas a partir das necessidades das Instituições Federais de Ensino, independente de desvio de função.

B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino.

C) Executar tarefas específicas, a fim de assegurar a eficiência e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino.

D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino.

E) Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha.

48

Deontologia: O estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral. Tratado de deveres (*Dicionário Aurélio Buarque*).

Deontologia: Ciência dos deveres (*Dicionário Caldas Aulete*).

Sobre as regras deontológicas dispostas no capítulo I do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), **NÃO** é correto afirmar que:

A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

B) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos, direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.

C) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.

D) A moralidade da Administração Pública se baseia na distinção entre o bem e o mal, não devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. Ademais, mesmo havendo desequilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, a moralidade do ato administrativo sempre será estabelecida.

E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até imprudência no desempenho da função pública.

49 O Regimento Interno Geral do Instituto Federal do Piauí (IFPI) é um manual que descreve, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais pertencentes à estrutura organizacional, conforme estrutura organizacional aprovada pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1203, de 24/11/2011, publicadas no Boletim de Serviço – Edição Extra nº 04, de 24/11/2011. (IFPI. **Regimento Interno Geral**: Resolução n 020/2011 – CONSUP. Teresina: IFPI, 2011, p. 4).

Com relação à estrutura organizacional do Instituto Federal do Piauí (IFPI), analise os itens abaixo:

I A administração do IFPI é composta unicamente pela Reitoria e pelas Pró-Reitorias, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados e demais unidades organizacionais consultivas vinculadas à Reitoria.

II A Auditoria Interna Geral do IFPI é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

III O Conselho Superior do IFPI (CONSUP) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI na capital e no interior do estado.

IV A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento dos diretores gerais dos campi para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

V O Colégio de Dirigentes do IFPI (COLDIR), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão superior colegiado máximo de apoio ao processo decisório

dos diretores gerais dos campi, em matérias relativas à gestão pública.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, III e V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) II, apenas.

50 A Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009 (publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 02/09/2009, p. 20), que aprova o Estatuto do Instituto Federal do Piauí, estabelece em seu art. 3º que a atuação do IFPI ocorra com base na observância de vários princípios norteadores.

Sendo assim, analise os itens abaixo:

I Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.

II Horizontalização do ensino e sua integração direta com os órgãos do Sistema “S” (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC e SEST/SENAT).

III Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.

IV Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

V Natureza filantrópica, confessional e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União e dos municípios-sede de seus campi.

VI Coexistência e cooperação de órgãos ou instituições públicas e privadas de ensino na gestão compartilhada de sua estrutura organizacional multicampi.

Dessa forma, responda: considerando o art. 3º do Estatuto do IFPI, **NÃO** são princípios que norteiam a atuação do Instituto Federal do Piauí:

- A) Os contidos nos itens I, II e V, apenas.
- B) Os contidos nos itens II, III e VI, apenas.
- C) Os contidos nos itens II, V e VI, apenas.
- D) Os contidos nos itens III, IV e V, apenas.
- E) Os contidos nos itens IV, V e VI, apenas.

